

Planalto estuda regra mais dura para gastos

Governo estuda regra mais dura para gasto público

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo estuda editar um decreto para estabelecer regra mais dura para execução dos gastos públicos neste início de ano, enquanto espera a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pelo Congresso.

A ideia é editar um decreto definindo que os ministérios só podem gastar um dezoito avos

(1/18) do PLOA neste início do ano. Despesas de caráter inadiável, como aposentadorias, pensões e folha de pagamento, não entrariam nessa regra e poderiam ser executadas normalmente. Depois da aprovação do Orçamento, a execução dos gastos seguiria o ritmo normal.

O tema, segundo apurou o Valor, foi discutido na segunda-feira (6) à noite pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e

Rui Costa (Casa Civil). As discussões continuaram nesta terça-feira e a decisão será tomada nos próximos dias.

A equipe econômica tem estudado editar esse decreto como uma sinalização de austeridade fiscal, informou um membro da equipe econômica ao Valor. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permite a execução de um doze avos do PLOA de 2025 enquanto a peça orçamentária em

si não é aprovada pelo Congresso, mas, segundo essa fonte, "não seria prudente" adotar a regra de 1/12. Além disso, a permissão para gastar somente um dezoito avos demonstraria maior austeridade, num momento em que o governo precisa recuperar sua credibilidade fiscal.

Outras medidas para transmitir ao mercado financeiro o compromisso fiscal também estão sendo estudadas. São medidas

acessórias, que não dependem de aprovação do Legislativo, explicou a fonte. Portanto, não se trata de um novo pacote fiscal.

Entre essas medidas complementares, o governo está preparando portarias e decretos para regulamentar o pacote fiscal aprovado pelos parlamentares. O objetivo é que a regulamentação garanta uma economia no mínimo de R\$ 69 bilhões em dois anos, mas técnicos da equipe

econômica afirmam que há potencial para mais, pois o número é conservador. Eles negam que houve desidratação do pacote pelo Congresso.

A principal regulamentação será em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa despesa tem crescido mais de 10% acima da inflação, e técnicos dizem que as mudanças aprovadas serão importantes para tentar trazer o número para "normalidade".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 3